

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

OSMAR TABORDA DE FARIA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: entre o ideal e a realidade

MATINHOS 2015

OSMAR TABORDA DE FARIA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: entre o ideal e a realidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a.Silvana Cassia Hoeller

MATINHOS 2015

Este trabalho é dedicado aos alunos da
Escola Municipal Vereador João Apolinário
Stresser.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, em especial aos meus pais, José Taborda de Faria e Silvia Lourdes de Faria e a minha esposa Kelly Cristina Machado Ribas de Faria, pelo incentivo constante em todos os momentos da minha vida. Vocês sabem do meu amor pela educação, reconhecem os meus esforços e compreendem o tempo que dedico à missão de estudar para bem educar. Por isso, meus amados, esta conquista também é de vocês.

Agradeço a dedicação dos professores do curso de Especialização em Gestão e Processos em Educação Diversidade e Inclusão, da Universidade Federal do Paraná; mas, especialmente, agradeço o carinho e a atenção da Prof.^a Silvana Cassia Hoeller, minha orientadora, pelo apoio na elaboração deste trabalho.

Muito obrigado a todos que de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste estudo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTRE O IDEAL E A REALIDADE

FARIA, Osmar Taborda de¹
Judeu3@hotmail.com

HOELLER, Silvana²
silvanahoeller@gmail.com

RESUMO

Com o presente estudo, busca-se estabelecer um parâmetro entre o ideal e o real da Gestão Escolar no Campo, a partir de um recorte em que são objeto de estudo duas escolas do campo localizadas na Região Metropolitana de Curitiba. O estudo justifica-se pela importância de conhecer aspectos da realidade da Gestão Escolar do campo e, a partir desse cenário, identificar caminhos para uma prática transformadora, voltada às características das populações que vivem no meio rural, ou seja, priorizando o seu desenvolvimento educacional sem perder de vista sua singularidade, suas origens e sua cultura. A metodologia de trabalho compreendeu uma pesquisa bibliográfica feita em fontes primárias e secundárias e uma pesquisa exploratória de caráter descritivo/explicativo. O resultado da investigação mostrou que, independentemente de as escolas há ainda, os desafios são muitos para que as escolas que estão localizadas em áreas rurbanas, como estudadas estarem localizadas em áreas rurbanas, o que dificulta inclusive a determinação da própria identidade da instituição, ainda há muito o que avançar para que as escolas do, não e para o campo possam concretizar sua missão de desenvolver educacionalmente as comunidades campesinas sem perder de vista a singularidade dessas pessoas, suas origens marcadas pela lida na terra e sua cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Escola do Campo. Desafios.

¹ Acadêmico do curso de Especialização em Gestão Escolar. Universidade Federal do Paraná – UFPR-Litoral, 2014.

² Docente orientador do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Universidade Federal do Paraná – UFPR-Litoral, 2014.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo somente passou a ser considerada em sua especificidade no contexto das políticas educacionais contemporâneas do país a partir dos anos 2000, sobrepondo-se ao paradigma da educação rural “[...] adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômico efetivados no campo, cujas bases se fundamentavam nos interesses das classes dominantes” (AZEVEDO, 2007, p. 145). A educação no e do campo se distingue pela observância às características dos diferentes sujeitos, práticas sociais, territórios e culturas que compõem a diversidade presente do campo (SANTOS, NEVES, 2012).

Nesse contexto, os desafios da Gestão Escolar são múltiplos e abrangem desde a democracia nas relações com a comunidade; o perfil dos professores que atuam na escola; os encaminhamentos pedagógicos e a organização do currículo, que devem ser orientados na perspectiva de uma educação transformação da realidade dos alunos, que oriundos de comunidades rurais, necessitam construir conhecimentos específicos que lhes assegure melhores condições de vida sem precisar abandonar a vida no campo.

Para compreender as dimensões desse desafio que se impõe à gestão escolar no campo torna-se necessário aprofundar conhecimentos sobre o histórico da Educação do Campo, e conhecer aspectos da realidade da escola do campo na atualidade. Por essa razão, o presente artigo tem como objetivo estabelecer um parâmetro entre o ideal e o real da Gestão Escolar no Campo, a partir de um recorte em que são objeto de estudo duas escolas do campo localizadas na Região Metropolitana de Curitiba.

O estudo justifica-se pela importância de conhecer aspectos da realidade da Gestão Escolar do campo e, a partir desse cenário, identificar caminhos para uma prática transformadora, voltada às características das populações que vivem no meio rural, ou seja, priorizando o seu desenvolvimento educacional sem perder de vista sua singularidade, suas origens e sua cultura.

A metodologia de trabalho compreendeu uma pesquisa bibliográfica feita em fontes primárias e secundárias (MARCONI, LAKATOS, 2009) e uma pesquisa exploratória de caráter descritivo/explicativo (GIL, 1999).

O presente estudo não pretende esgotar o assunto e tampouco apontar soluções

definitivas para as inúmeras dificuldades enfrentadas na Gestão Escolar para os encaminhamentos dos processos administrativos e pedagógicos das escolas do campo, mas, volta-se, fundamentalmente, a ampliar a discussão sobre a distância existente entre o ideal preconizado na legislação e nas políticas públicas e a realidade do chão da escola do campo, cuja identidade ainda encontra-se em processo de construção.

2 OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para compreender os desafios impostos à Gestão Escolar nas escolas do campo torna-se necessário analisar, inicialmente, o histórico da Educação do Campo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo (PARANÁ, 2006), historicamente, a educação esteve presente em todas as Constituições brasileiras; mas, mesmo o país sendo essencialmente agrário, desde a sua origem, a educação rural não foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891; de forma que a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural devido ao forte movimento migratório interno nas primeiras décadas do século XX quando se iniciava um processo de industrialização mais amplo; fazendo surgir o ruralismo pedagógico, que objetivava fixar o homem ao campo.

Santos (2012) observa, contudo, que

[...] durante décadas a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” da educação urbana. Esse tratamento teve um fundo de descaso e subordinação dos valores presentes no meio rural e marcava uma inferioridade quando comparado ao espaço urbano (SANTOS, 2012, p. 2).

As transformações ocorridas nas últimas décadas no campo, principalmente pela modernização da agricultura e expansão da atividade agropecuária, contribuíram para as migrações do campo para as cidades, ocasionando extrema concentração urbana e o aumento de problemas sociais como desemprego, violência, falta de moradias, saneamento básico, segurança, saúde e educação, dentre outros (PAGES, 2012).

Depois da aprovação da Constituição de 1988, e com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, deu-se o reconhecimento da diversidade do campo; contudo, mesmo com esses avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária, exigindo o repensar da educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto e sua cultura específica, sua maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e o modo de viver, de organizar família e o trabalho (PARANÁ, 2006). E é nesse cenário de contradições que a Educação do e no Campo no Brasil tomou força, marcada, também, pela urgência de contrapor medidas para evitar a exclusão e a expropriação, visando atender às necessidades das comunidades camponesas e reafirmar os

valores culturais do meio rural e voltada aos interesses socioculturais e econômicos de suas populações (OLIVEIRA, BOIAGO, 2011; PAGES, 2012; SANTOS, 2012; SAGGIOMO *et al.*, 2012).

[A partir dos anos de 1990, a relação entre o Estado e os movimentos sociais populares do campo, tendo a educação como foco de políticas públicas, começa a mudar. A ideia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), no Campus da Universidade de Brasília, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com a própria UNB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No conceito de construção dessa ideia, foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo. A partir dessa práxis, começou a se cunhar o conceito de Educação do Campo. Esse processo começou com a 1ª Conferência nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Com a realização da 2ª Conferência nacional por uma Educação do Campo, em 2004, já estamos vivenciando uma nova fase na construção deste paradigma (PAGES, 2012, p. 7).

E embora o paradigma da Educação do Campo tenha nascido da luta pela terra e pela Reforma Agrária, seu alcance não se limita aos assentamentos rurais, abrangendo as comunidades da agricultura familiar; ou seja, contempla todos os camponeses (PAGES, 2012). Mas, mesmo a despeito das especificidades que caracterizam essas populações, a política de Educação desenvolvida no Brasil, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 2006), ignora a necessidade da existência de um projeto para as escolas do meio rural.

No Estado do Paraná, a trajetória da educação do campo não é diferente, pois também esteve marginalizada; e durante muitos anos, foi precarizada, repetindo todos os problemas encontrados no restante do país. Com a criação da Coordenação da Educação do Campo (CEC) na Secretaria de Estado da Educação, em 2002, a educação do campo passou a ter um espaço de articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada; no entanto, como parte do governo estadual, a CEC “[...] está inserida numa arena de disputas políticas no próprio Estado e ligada a dilemas da sociedade civil, que dificultam a efetivação dos interesses dos que estão envolvidos com a educação do campo, terreno ainda poroso e em construção na sociedade brasileira” (PARANÁ, 2006, p. 22).]

Como se pode perceber, os caminhos para a efetivação de uma Educação do Campo ideal ainda estão em processo de construção, exigindo empenho por parte dos gestores públicos em seus diversos níveis de atuação. E no caso da Gestão Escolar, âmbito para o qual todas as

dificuldades convergem, os desafios se revelam em diferentes áreas e aspectos, notadamente porque a gestão escolar pautada na democracia tem como fundamento inicial a descentralização da educação (LUCK, 2000), estabelecido pelos artigos 14 e 15 da LDBN 9.394/96:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Nesses termos, a gestão escolar possui como foco a observação da escola e dos problemas educacionais, por meio de uma visão estratégica e de conjunto, bem como por ações interligadas que funcionam de modo interdependente (LEITE *et al.*, 2012). O caráter democrático, de que tratam os artigos 14 e 15 da LDBN está relacionada à participação dos sujeitos envolvidos no processo de condução da escola; e ligada, indissociavelmente, à natureza da participação da comunidade nas decisões (MARTINS, 2009). E, no entanto, são poucas as famílias que tomam parte nas reuniões e nas instâncias colegiadas (SILVA, LINHARES, 2011).

Além disso, as políticas educacionais no Brasil foram pensadas com o objetivo de atender a classe social que detém o controle dos meios de produção; e, nessa mesma linha de raciocínio, depreende-se que a formação escolar é orientada para atender às exigências de aperfeiçoamento técnico de produção (SOUZA, SANTOS, 2007).

Outro aspecto importante a ser observado é que a maioria dos professores que atua nas escolas do campo não é oriunda desse meio, portanto, não possui o perfil necessário para esse trabalho, que exige uma compreensão ampliada de seu papel, baseada na vivência no meio rural e, por consequência, capaz de reconhecer, valorizar e compreender os processos de reprodução social dos sujeitos do campo, assim como de se colocar junto às comunidades rurais em sua luta e resistência para permanência na terra (MOLINA, FREITAS, 2001, p. 28).

2.1 MATERIAIS E METODOS

Sobre a metodologia adotada para a realização deste estudo, destacam-se os ensinamentos de Gil (1999), para quem a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Nesse sentido, o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Considerando o tema e o problema definidos, a pesquisa adotada é de natureza aplicada, pois visa gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, e envolve verdades e interesses locais.

Nesse sentido, o presente artigo compreende duas abordagens metodológicas distintas, primeiramente, e uma pesquisa bibliográfica feita em fontes primárias e secundárias (MARCONI, LAKATOS, 2009), realizada por meio de buscas feitas em repositórios de artigos científicos, como SciELO e Google Acadêmico, dentre outros, e sites de órgãos oficiais dos Governos Federal e Estadual., buscando ampliar a reflexão sobre os desafios impostos à Gestão Escolar na Educação do Campo. Os critérios para a realização pesquisa compreenderam a seleção de livros, artigos e publicações que têm em seu título e/ou corpo, os seguintes descritores: Gestão Escolar, Educação do Campo, Desafios. Nesse processo foram identificadas 20 obras, as quais, depois de passarem por leitura seletiva, foram utilizadas na construção do texto do presente artigo, constituindo o referencial teórico necessário ao estudo e conferindo a base científica que a pesquisa exige.

A segunda parte do trabalho compreendeu uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo/explicativo. Descritivo porque visa apresentar as características de determinada população ou fenômeno, e envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, no caso a observação sistemática; assumindo, de forma geral, as características de um levantamento. Explicativo porque visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos; além disso, aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas (GIL, 1999).

O universo pesquisado compreendeu duas escolas do campo da rede estadual de ensino: Colégio Estadual Professor Percy Teixeira de Faria, localizadas em Rio Branco do Sul; e Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças - localizada em Itaperuçu.

A pesquisa exploratória se deu durante os meses de setembro e outubro de 2014, atendendo os seguintes critérios:

- Caracterização da Comunidade atendida pela escola;
- Observação sobre o funcionamento da escola: organização do espaço e do tempo escolar; número de professores e sua qualificação;
- Entrevistas com os gestores: desafios impostos à gestão escolar democrática no processo educacional no, do e para o campo.

Os conceitos levantados na pesquisa bibliográfica foram articulados aos achados da pesquisa exploratória e essas informações permitiram compreender o atual cenário da Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba, na forma de um recorte que permite refletir sobre a distância ainda existente entre o ideal e o que vem sendo possível realizar em prol das comunidades campesinas no âmbito da Gestão Escolar, tomando-o como um referencial do que acontece em outras escolas do campo e, subsidiando, dessa forma, elementos para uma resposta à questão central da investigação e para uma conclusão sobre tema em estudo.

2.2 RESULTADOS

Durante os meses de setembro e outubro de 2014, foi realizada a pesquisa exploratória junto ao Colégio Estadual Professor Percy Teixeira de Faria, de Rio Branco do Sul; e ao Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças, de Itaperuçu, cujos resultados são descritos na sequência.

2.2.1 Desafios da Gestão Escolar na Educação do Campo: Colégio Estadual Professor Percy Teixeira de Faria

A observação no Colégio Estadual Prof. Teixeira de Faria teve lugar nos dias 08 e 15 de setembro de 2014.

A caracterização da comunidade atendida pela escola é bastante sucinta, mencionando de forma generalizada o contexto histórico do município e sua realidade socioeconômica e ambiental, enfatizando que se trata de território municipal que integra o Vale do Ribeira. O texto

destaca o colégio como a maior referência de interação e de integração social da comunidade, com a responsabilidade em prover aos cidadãos, os elementos necessários para o seu desenvolvimento: educação, formação moral e ética, incentivo à reflexão e a crítica, fomento à autonomia, a autoestima e a superação.

A escola atende 165 alunos oriundos de famílias das localidades vizinhas, sendo que cerca de menos da metade dessas famílias desenvolve algum tipo de atividade relacionada às práticas rurais; e a maioria trabalha na sede do município (serviço público, comércio e fábricas de cimento e calcário).

A organização do espaço e do tempo escolar é descrita da seguinte forma: são sete turmas, funcionando em dois períodos: manhã e noite; sendo quatro do Ensino Fundamental, funcionando das 07h30min às 11h50min; e três do Ensino Médio, das 18h30min às 22h20min.

Além de diretor, vice, secretária, pedagogos, educadores e auxiliares; a escola conta com 15 professores; e desses, nenhum possui especialização em Educação do Campo. Nenhum dos professores nasceu ou viveu no campo, desconhecendo as características desse estilo de ser e de viver.

De acordo com os gestores, os principais desafios no contexto da Educação do Campo compreendem: o fato de se tratar de uma escola muito próxima da área urbana, e a maioria dos pais e irmãos dos alunos (assim como outros familiares) possuem dupla atividade; ou seja. Embora se dediquem ao cultivo da terra para a subsistência, essa prática vem diminuindo aos poucos, pois o enfoque maior é dado a atividades diversas ao meio rural, desenvolvidas na área urbana.

Nesse contexto, as questões ambientais recebem maior ênfase no trabalho em sala de aula como forma de pautar a ação educativa da escola sobre princípios relacionados com o meio rural; mesmo porque se observa na região, uma mescla de comportamentos típicos do meio urbano com outros característicos do meio rural no tocante à destinação do lixo doméstico e de sobras de construção, sendo que o descarte de resíduos sólidos urbanos e de esgotos em rios é uma prática comum que vem sendo combatida pela a escola, por meio de projetos de conscientização. Além disso, a escola trabalha com projeto de horta escolar, procurando manter nos alunos a valorização da agricultura, compreendida em sua importância pelo viés das disciplinas de Ciências, Biologia e Educação Física (estudos sobre nutrição e saúde)

A participação dos pais na escola é muito pequena, alguns pelo fato de terem de

trabalhar na lida da terra; outros, porque embora morem perto, chegam muito tarde em casa e não sobra tempo para atender aos chamados dos professores e da direção para participarem das instâncias colegiadas que integram a gestão democrática. Com o objetivo de fortalecer o diálogo e a participação dos pais e da comunidade em geral, o colégio promove projetos e feiras, ações que podem contribuir para que a educação se torne uma responsabilidade de todos (CEPTF, 2014).

2.2.2 Desafios da Gestão Escolar na Educação do Campo: Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças

A observação no Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças teve lugar nos dias 13 e 20 de outubro de 2014.

A caracterização da comunidade atendida pela escola remonta à emancipação do município, ocorrida no ano de 1990, e enfatiza as poucas mudanças em termos de desenvolvimento econômico e cultural desde então. A maioria dos adolescentes que busca seu primeiro emprego, ou tem que se submeter a uma conjuntura de exploração e de falta de perspectivas, ditada pela grande oferta de subempregos pelas inúmeras serrarias formais e informais que atuam na região, ou buscar meios de ganho e renda fora de sua cidade natal. Em tal contexto, a educação figura como a principal alternativa para mudar a realidade.

Mas, dada à distância da sede, os professores e educadores dependem de condução para o transporte até a localidade de Canelão, onde a escola está instalada. E, nem sempre esse serviço está disponível, seja pela quebra de veículos ou pela má conservação das estradas, o que implica em frequentes interrupções no processo de ensino, o que impacta negativamente na aprendizagem.

Como a comunidade depende da escola para garantir um futuro aos jovens e adolescentes, muitos são os projetos desenvolvidos no interior dessa para proporcionar aos alunos diferenciadas situações de aprendizagem e oportunidades de acesso a novos conhecimentos; tais como: meio Ambiente (Com-Vidas) Agenda 21 na escola - Educação para sustentabilidade; Acompanhamento Pedagógico (Ciências-Ens. Fundamental); Cultura e Artes (Ens. Fundamental); Comunicação e uso de mídias (Ens.Fund. e Médio) História em Quadrinhos; e, Esporte e Lazer (Ens. Fund. e Médio) Futsal - buscam inserir as famílias na proposta

educacional da instituição.

A escola atende 337 alunos oriundos de famílias das localidades vizinhas, sendo que poucas trabalham na lavoura (Agricultura Familiar), e a maioria desenvolve atividade relacionada à extração, corte transporte e processamento de madeira.

A organização do espaço e do tempo escolar é descrita da seguinte forma: são treze turmas, funcionando em três períodos: manhã, intermediário e noite; sendo cinco do Ensino Fundamental, funcionando das 07h30min às 11h50min; um do Ensino Médio, funcionando no período intermediário, das 13h às 17h20min; e três do Ensino Médio, das 18h30min às 22h20min.

Além de diretor, vice, secretária, pedagogos, educadores e auxiliares; a escola conta com 21 professores; e desses, apenas um possui especialização em Educação do Campo. Nenhum dos professores nasceu ou viveu no campo, desconhecendo as características desse estilo de ser e de viver.

Os principais desafios no contexto da Educação do Campo compreendem: a pequena participação da comunidade nos encaminhamentos pedagógicos, limitada aos encontros da APMF e às reuniões extraordinárias com pais e/ou responsáveis; e a observação de que os jovens, aos poucos, vêm se distanciando de sua cultura em busca de horizontes incertos e estranhos à sua realidade, o que revela ser necessário desenvolver estratégias e metodologias de trabalho que façam seus alunos se identificar com a cultura local, valorizando-a e preservando-a, buscando conhecimento e formação técnica para assegurar sua permanência nesse território e contribuir ativamente no processo de desenvolvimento sustentável, de forma prazerosa (CENSG, 2014).

2.3 DISCUSSÃO

Como se depreende das observações feitas nas escolas que foram objeto de estudo, cada uma com características bastante distintas da outra, a gestão escolar tem se revelado um desafio, principalmente pelo fato de que embora sejam escolas localizadas na área rural, as atividades desenvolvidas pelas comunidades atendidas são muito próximas da realidade urbana, o que revela a ausência de uma definição na identidade da escola e, por conseguinte, da especificidade do trabalho pedagógico a ser encaminhado para atender aos objetivos educacionais adequados à realidade escolar.

No momento de construção do Projeto Político Pedagógico, essas questões precisam ser

consideradas, pois esse documento deve refletir as características e as demandas sociais locais; e, nos casos analisados, tratam-se de escolas ineridas em espaços rurbanos, marcados pela tensão entre as práticas rurais e os valores urbanos, pelo esmaecimento das fronteiras entre o rural e o urbano (SOUZA, 2009).

Além disso, há que se analisar o fato de que apenas uma das escolas possui professor com especialização em Educação do Campo, numa proporção de 1:21; aspecto esse preocupante, pois, como bem ressalta Pages (2012), essa qualificação é essencial para o tipo de trabalho a se desenvolver nas escolas localizadas na área rural.

[...] ter escolas no campo não basta, é preciso desenvolver uma escola voltada aos interesses das pessoas do campo, com um currículo apropriado à realidade, instruções teóricas e técnicas aos alunos. O professor técnico nas Escolas do Campo é essencial, além de ser um educador ele vai desenvolver um trabalho voltado à realidade das famílias camponesas, contribuindo para o desenvolvimento destas famílias, como melhor lidar com a terra, as plantações, isso significa melhoria na qualidade de vida (PAGES, 2012, p. 8).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (BRASIL, 2002) estabelecem que o educador precisa estar preparado para atuar na docência nas escolas do campo. Nessa linha de pensamento, Oliveira, Macedo (2014) ressalta que é indispensável que o professor conheça as formas específicas de ser e de viver no campo.

[...] como as práticas da agricultura familiar, do extrativismo, da pesca, as crenças e valores, para proporcionar a estes sujeitos a valorização de sua cultura, enriquecendo e trazendo fatos novos que permitam o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e populações, uma vez que esses saberes e culturas variam de acordo com suas formas de produção e de cultivo da terra (OLIVEIRA, MACEDO, 2014, p., 4).

E mesmo considerando a ideia de as escolas que foram objeto do presente estudo estar localizadas em espaços rurbanos, ainda assim existe uma ligação anterior dessas comunidades com o meio rural, pois é nesse local em que impera a transformação que essas pessoas nasceram, vivem e trabalham; e esse aspecto cultural não pode ser negligenciado. Além disso, a realidade do campo precisa ser respeitada, valorizada e reconhecida, se não por seu papel na agricultura, mas por sua importância no contexto ambiental.

Ambas as escolas desenvolvem projetos temáticos relacionados à questão ambiental. Essa estratégia é importante porque envolve a comunidade, e o trabalho coletivo precisa ser valorizado e incentivado dentro da escola, pois seu exercício traduz uma prática característica da vida no campo e gera aprendizados para resolução de conflitos e para a condução das relações fora da escola; assim como subsidia elementos que auxiliarão no convívio, na análise e tomada de decisões e no encaminhamento de deliberações coletivas, ensejando maior protagonismo e autonomia dos sujeitos (MOLINA, SÁ, 2011).

Entende-se que em cenários complexos como esses que constituíram objeto de estudo neste artigo, os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do campo. São princípios filosóficos: a educação - para transformação social, para o trabalho e a cooperação, voltada para as várias dimensões de pessoa, o com e para valores humanistas e socialistas, compreendida como um processo permanente de formação e transformação humana; e o jeito de agir e pensar a educação para pôr em prática os princípios citados anteriormente. Já os princípios pedagógicos referem-se à: relação entre prática e teoria; combinação metodológica entre processos e ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto- organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; atividade e habilidades com pesquisa; combinação entre processos pedagógicos e formação permanente com educadores/das educadoras (RODRIGUES, 2009).

Outro aspecto preocupante nas escolas observadas é o distanciamento dos pais em relação ao processo educacional dos filhos e o desinteresse na participação das decisões relacionadas à escola.

Silva, Linhares (2011) ressaltam que a participação social é uma prerrogativa do cidadão, assegurada por lei, e especificamente no caso das escolas do campo, a participação dos pais assume características fundamentais, para o sucesso desse modelo de escola e de gestão, posto que a democracia na gestão escolar se efetiva quando há o diálogo entre as partes, imbuídas do espírito coletivo que permite torná-la concreta.

3 DA MULTIPLICAÇÃO

No período que foi realizado a multiplicação, na disciplina de Educação Especial e Inclusão, pôde-se notar através da interação realizada com o corpo docente, que muitas professoras não tinham conhecimento sobre a verdadeira palavra inclusão. Logo, foi aprendido que, inclusão não se trata de deficiências, raças etc. e sim muito mais que isso. É preciso respeitar a culturalidade do aluno. Paulo freire ensina a usar a cultura do aluno para ensina-lo.

Uma observação da professora Claudineli Costa foi que: O século XX inicia-se com pessoas andando em carroças e se encerra com o homem visitando a lua, porém não tinha ainda aprendido sobre a inclusão.

Quando foi abordado o assunto que envolvia lecionar para uma turma onde houvesse um casal de gay, a maioria delas não soube dizer como deveriam se comportar.

Dessa forma, segundo o pressuposto, foi esclarecido que, essa atitude, (de não ter ideia de como interagir nesse caso) já se caracterizava um modelo de exclusão de uma classe, que por mais que seja taxada como minoria, deveria ser inclusa no processo educacional hodierno. Assim, foram abordados vários elementos para facilitar o processo de inclusão. De início, foi realizada temática de diversidade na educação com olhares históricos e atentos a processos de construção dos sujeitos sócio culturalmente subalternizados/excluídos.

De imediato trouxeram à tona a escravidão do negro e as consequências desta ação que ecoa até hoje em nossos dias, e por fim, a importância de fortalecer uma pedagogia inclusiva na diversidade caíçara, com a planificação para o adensamento destas práxis em escolas considerando as identidades urbanas, rurais, das ilhas, da mata, das comunidades quilombolas, de pescadores artesanais, de populações tradicionais dentre outras.

Já na disciplina de Educação Infantil, as comparações realizadas entre a escola Réggio Emília na Itália com uma escola brasileira, trouxe um despertar entre os cursandos no que tange a diferença de educação entre os dois países. Que por mais que sigam uma linha pedagógica similar, usando como método de ensino cartilhas de pensadores como Piaget e Vigotski as dinâmicas usadas pelos educadores é que são diferentes e por isso dos resultados opostos. Uma das professoras justificou essa diferença, pois embora tais diretrizes educacionais fossem aplicadas, deveria se observar que alguns países não seguiam tais regras pois teria uma barreira onde se observaria aplicar regras e noções de aprendizagem conforme seus costumes e valores locais.

Dentro dessa expectativa foi realizado com o grupo um trabalho abordando dimensões e estratégias metodológicas da organização do trabalho pedagógico, articuladas com as teorias do desenvolvimento infantil.

Houve uma discussão envolvendo a área agrícola local, pois como na sociedade oitocentista, as crianças ainda eram implementadas ao trabalho da lavoura em virtude da mão de obra barata e que deveria se combater tais ações por infringir leis do ECA entre outras.

Muitas trouxeram à tona as dificuldades que é a educação infantil na região de Itaperuçu e Rio Branco do sul, cidades onde interagiam na área da educação. Falaram da importância da prática em sala de aula para o professor, porém muitas identificaram um rotineiro problema: Muitos chegam ao mestrado, adornam currículos, tem livros publicados porém não possuem experiência alguma com o método prático de ensino. Fazendo assim com que a educação seja de má qualidade.

Quando perguntado sobre a forma de conceber e de organizar o tempo e o espaço na educação infantil, muitas expuseram no que se refere à organização desse tempo e desse espaço. Para eles, a separação por faixa etária e por nível de desenvolvimento, conteúdos específicos entre outros seriam primordial para o êxito educacional, pois seria a estruturação da subjetividade da criança.

Sobre a Educação do Campo, tema inclusive desse artigo, se abordou as deficiências do mecanismo educacional que não difere escolas do campo com as urbanas entre outros problemas que se conheceu ao longo do artigo.

Na Metodologia Inovadora, foram levantadas questões sobre maneiras de instigar o aluno a aprender, usando elementos pedagógicos hodiernos.

Dentre as discussões, aprendeu-se que não se deve impor a opinião pessoal na sala de aula, mas sim ter a tarefa de problematizar com o aluno sobre o assunto. Como exemplos foram usados duas questões: A criação do mundo, onde o aluno deveria explicar como o mundo foi criado, (na visão criacionista, usando o tema: crença , religião) e evolucionista (podendo usar para o debate, estudos e leituras de livros como A origem das Espécies de Darwin). Ao levantar essas questões impunha ao aluno qual seria a tese que ele acreditaria defendendo-a usando de argumentos plausíveis.

Assim, pode-se em todos as 4 matérias abordadas trazer ao debate de ideias, baseado no vasto material de apoio que trouxe inovações e metodologias diferenciadas entre os cursandos que souberam absorver de forma que, os problemas que ocorriam nas diversas áreas no âmbito educacional foram sanadas pelo simples fato de terem absorvido com êxito as diretrizes impostas no caderno GPEDI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo ainda é recente na história da educação no Brasil. Como surgiu em oposição à educação rural e em função de demandas sociais, encontra-se ainda em processo de consolidação, carecendo superar grandes dificuldades para se firmar como um modelo educacional factível, estruturado e capaz de promover as transformações que as comunidades campesinas necessitam em termos de desenvolvimento educacional.

Para compreender as dimensões das dificuldades encontradas pela gestão escolar nessa área foi necessário aprofundar conhecimentos sobre o histórico da Educação do Campo e conhecer aspectos da realidade da escola do campo na atualidade. Por essa razão, buscou-se, a partir de um recorte transversal, analisar e descrever aspectos característicos de duas escolas do campo que funcionam na Região Metropolitana de Curitiba; o Colégio Estadual Professor Percy Teixeira de Faria, de Rio Branco do Sul; e Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças, de Itaperuçu.

A abordagem justifica-se ante a importância de conhecer aspectos da realidade da Gestão Escolar do campo e, como forma de subsidiar elementos a uma prática transformadora, voltada à singularidade das pessoas que vivem no meio rural, suas necessidades e saberes específicos, sua cultura, enfim.

Os resultados do estudo mostram que a sociedade com um todo está em constante e acelerado processo de transformação e no meio rural observa-se o fenômeno da rururbanização; aspecto esse que influencia, inclusive, na definição da própria identidade da escola, que integra um contexto cujo paradigma surgiu como uma alternativa à educação rural, e vem lutando para se consolidar, ao mesmo tempo em que se depara com novas transformações, ante a crescente aproximação com o meio urbano.

Outro aspecto interessante é que os documentos referenciais, em especial o Projeto Político Pedagógico de ambas as escolas são, em essência, bastante semelhantes no tocante aos fundamentos que sustentam a educação do campo, haja vista a menção à esse modelo de escola, contudo, os princípios filosóficos e pedagógicos da Educação do Campo não são tomados como pressupostos norteadores da organização do trabalho escolar, dos tempos e espaços da escola; da seleção dos conteúdos e da prática docente. Há em comum apenas o desenvolvimento de projetos de cunho ambiental, e o fato de que aqueles que ali atuam não possuem maior afinidade com a

vida no campo, estranhos à realidade dos alunos que pretendem educar e preparar para que permaneçam no meio rural. Esse é um ponto bastante delicado, pois o professor necessita de vivência e convicção para construir sua práxis, e, nessas condições, aliado ao fato de que num grupo de 36 professores (considerando o corpo docente das duas escolas) apenas um professor possui especialização em Educação do Campo, há que se questionar se a educação em curso nessas escolas reflete realmente os objetivos estabelecidos para a educação do, no e para o campo.

Na perspectiva da Gestão Escolar, e em observância aos preceitos que fundamentam a Educação do Campo, entende-se que algumas medidas pontuais precisariam ser adotadas para aproximar o ideal desse modelo de educação à realidade do chão da escola, como, por exemplo, a elaboração de Projeto Político Pedagógico que não apenas discorra sobre as características das comunidades atendidas, mas, que apresente propostas que visem à valorização do meio rural, inclusive como alternativa de trabalho e renda, contrapondo-se à oferta de trabalho informal sem garantias trabalhistas ou em locais distantes de casa, que praticamente inviabilizam a convivência familiar e a presença na escola. Além disso, a qualificação dos professores para atuar no ensino da Educação do Campo é fator determinante para tornar esse paradigma educacional algo factível e realmente transformador.

Também nesse aspecto, evidencia-se a necessidade de a gestão na escola do campo se afirmar como democrática, pela ampliação do diálogo com todos os agentes do processo educacional, tanto nas instâncias superiores quanto no encaminhamento do trabalho pedagógico dentro da escola, conduzindo-a para a concretização de sua finalidade social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Márcio Adriano de. Política de Educação do Campo: concepções processos edesafios. In: NETO, Antonio Cabral et al. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livros, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2006.

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (CENSG). **Proposta Político Pedagógica**. Itaperuçu, 2014.

COLÉGIO ESTADUAL PROF. PERCY TEIXEIRA DE FARIA. **Proposta Político Pedagógica**. Rio Branco do Sul, 2014.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. Publicado na Rev. **Em Aberto, n° 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores), Jun de 2000, p. 11-34**.

MARTINS, Fernando José. Gestão **Democrática da Escola do Campo**. Publicado em 2009. Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/114.pdf, Acessado em 23.Set.2014.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. Publicado na Rev. **Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011**. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2562/1751>. Acessado em 03.Nov.2014.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Maria A. Afonso; MACEDO, Magda Martins. **Educadores do Campo: Caminhos e Desafios**. Publicado no III Congresso Norte Mineiro de Pesquisa em Educação. 2009. Disponível em http://www.coped-nm.com.br/terceiro/images/anais/educacao_diversidade/pdf/maria_afonso_magda.pdf Acessado em 02.Out.2014.

OLIVEIRA, Caroline Mari de; BOIAGO, Daiane Letícia. Bases legais para uma educação do e no campo e as experiências educativas de uma escola de agroecologia na Região Norte do

Paraná. Publicado no **IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012**. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1788/142>. Acessado em 16.Nov.2014.

PAGES, Gilson Marques. **Educação do Campo: Problemas, desafios e perspectivas**. Publicado em 2012. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/educacao-do-campo-problemas-desafios-e-perspectivas/63665/>. Acessado em 23.Ago.2014.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo**. Paraná: SEED, 2006. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acessado em 15.Nov.2014.

RODRIGUES, Anália Kristinna Dourado Venâncio. **GT 06- Educação, Movimentos Sociais e Direitos Humanos: A importância dos princípios filosóficos e pedagógicos na educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra- MST**. Publicado em 2009. Disponível em http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.6_GT.11/02_Analia%20Kristinna%20Dourado%20Venancio%20Rodrigues.pdf. Acessado em 12.Dez.2014.

SAGGIOMO, Thais Gonçalves; AZEVEDO, Michele Silveira; MACHADO, Valdirene Soares. **Desafios na realidade educativa do campo: uma abordagem de encontros e desencontros nas escolas do campo**. Publicado no **IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012**. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2937/191> Acessado em 17.Nov.2014.

SANTOS, Edinéia Oliveira dos; NEVES, Márcia Luzia C. Educação do campo e Desenvolvimento territorial: reflexões e proposições.

Publicado na Rev. **Eletr. Entrelaçando** • Nº 6. • V 1 • Ano III (2012) • p.1-10 • Set.-Dez • ISSN **2179.8443**. Disponível em file:///C:/Users/Acer/Downloads/1%20-%20Educao%20do%20Campo%20e%20Desenvolvimento%20Territorial_SANTOS%20e%20NEVES.pdf. Acessado em 10.Set.2014.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Histórico da Educação do Campo no Brasil. Eixo temático: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais**. Publicado em 2012. Disponível em <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>. Acessado em 12.Dez.2014.

SILVA, Geovane; LINHARES, Clarice. A construção da gestão democrática na educação do campo: A experiência do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, Conselho Escolar e Conselho de Classe Participativo. Publicado na **Rev. Maré – Ano I, nº1,2011. Memórias, imagens e saberes do campo - ISSN 2237-9509**. Disponível em <http://educampoparaense.eform.net.br/revistamare/> Acessado em 01.Dez.2014.

SOUZA, Gisela Barcellos. Paisagens rurbanas ou a tensão entre práticas rurais e valores urbanos na morfogênese dos espaços públicos de sedes de municípios rurais. Um estudo de caso. Publicado em na **Rev. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21 (2): 181-192, ago. 2009**. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9596/5781>. Acessado em 25Ago.2014.

SOUZA, Maria Antônia de; SANTOS, Fernando Henrique Tisque. Educação do campo: prática do Professor em classe multisseriada. Publicado em **Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 22, p. 211-227, set./dez. 2007**. Disponível em <file:///C:/Users/Acer/Downloads/dialogo-1584.pdf>; Acessado em 08;Out.2014.